

MAPEAMENTO DE ASSENTOS RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PONTA PORÃ – MS

MAPPING RURAL SETTLEMENTS IN FAMILY FARMING IN PONTA PORÃ - MS

André Felipe Queiroz

Doutor em Administração (UFMS)
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
Aquidauana – MS, Brasil
andrefelipequeiroz@hotmail.com

Valéria Sun Hwa Mazucato

Mestre em Administração (USCS)
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
Jardim – MS, Brasil
valeria.galvao@ifms.edu.br

Fábio Henrique Paniagua Mendieta

Mestre em Integração Latino-Americana (UFSM)
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
Ponta Porã – MS, Brasil
fabio.mendieta@ifms.edu.br

* **Recebido em: 21/07/2023**

* **Aceito em: 26/02/2024**

RESUMO

No município de Ponta Porã – MS, 3.016 famílias são assentadas contadas com 7.487 pessoas ocupadas com atividades ligadas à agricultura familiar. Dado a relevância desse público, essa pesquisa teve como objetivo descrever a situação econômica, financeira, estrutural e gerencial desses assentados rurais. Uma *survey* com 178 famílias demonstrou que os agricultores familiares se classificam de formas diferentes, possuem comportamentos distintos em relação a suas atividades e formas de comercialização. A infraestrutura demonstra maioria das casas em alvenaria (98,31%) com água encanada (82,58%), mas com deficiências no tratamento de lixo (apenas 1,12% utilizam coleta pública). Existe necessidade de regulamentação da documentação de posse de propriedade (21,91% possuem documentação de posse). A maior parte das famílias não se encontram endividadas (74,72%) e a estimativa de renda per capita mensal dos agricultores familiares é de R\$ 946,39. A percepção dos agricultores familiares sobre o recebimento de fomentos é negativa, de forma que esse público não reconhece quais auxílios recebem. A pesquisa constatou que os agricultores familiares se classificam de diferentes maneiras considerando seus objetivos. A localidade e a organização do assentamento influenciam tanto na quantidade destinada ao consumo/venda, quanto na diversificação e adição de valor dos produtos comercializados. Desta forma, políticas públicas voltadas a agricultura familiar devem ser formuladas considerando as especificidades de cada região.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Gestão Rural; Fomento.

ABSTRACT

In the municipality of Ponta Porã - Brazil, 3,016 families are settled, with 7,487 people engaged

in activities linked to family farming. Given the relevance of this audience, this research aimed to describe the economic, financial, structural and managerial situation of these rural settlers. A survey with 178 families demonstrated that family farmers classify themselves differently and have different behaviors in relation to their activities and forms of marketing. The infrastructure shows the majority of masonry houses (98.31%) with running water (82.58%), but with deficiencies in waste treatment (only 1.12% use public collection). There is a need to regulate property ownership documentation (21.91% have ownership documentation). The majority of families are not in debt (74.72%) and the estimated monthly per capita income for family farmers is R\$946.39. Family farmers' perception of receiving support is negative, meaning that this public does not recognize what aid they receive. The research found that family farmers classify themselves in different ways considering their objectives. The location and organization of the settlement influence both the quantity destined for consumption/sale and the diversification and value addition of the products sold. Therefore, public policies aimed at family farming must be formulated considering the specificities of each region.

Keywords: Family Farming; Rural Management; Public Sources.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é definida como aquela praticada pela família que, além de ter a propriedade sobre a terra, assume a responsabilidade de exercer o trabalho e a gestão necessária ao processo produtivo, desde a organização do trabalho até a definição dos objetivos da produção ao longo do tempo (SOUZA, 2002; QUEIROZ et al., 2023).

A importância da agricultura familiar no Brasil é evidenciada nos dados do Censo Agropecuário de 2017 que aponta que, do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 77% pertencem a grupos familiares, o que representa por volta de 3,8 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2017). A agricultura familiar compõe a base econômica de 90% dos municípios brasileiros que possuem até 20 mil habitantes, representando 35% do produto interno bruto nacional (IBGE, 2006). Dessa forma, é notável a importância da agricultura familiar, principalmente no aspecto social, sendo ela um instrumento de geração de alimentos, de renda, de capital cultural e social. Entretanto, mesmo abrangendo um papel social tão importante, as propriedades rurais familiares precisam operar de forma rentável e sustentável, de forma que os investimentos nela feitos possam retornar as famílias (COOK; CHADDAD, 2000; REARDON; BARRET, 2000; ZHENGFEI; LANSINK, 2006).

O desafio para este objetivo consiste na disparidade competitiva que muitos produtores familiares encontram ao competir com grandes produtores, que têm acesso a infraestrutura e investimentos muitas vezes além do alcance dos produtores familiares (ARGILÉS; SLOF, 2001; NDEMEWAH; MENGES; HIEBL, 2019). Daí vem a necessidade de políticas públicas que contraponham essas desvantagens e aumentem a competitividade dos produtores rurais familiares a partir de fomentos específicos, que podem ser na forma de suporte financeiro, informacional ou técnico (CHINNAPPA; NAGARAJ, 2007; FATAH; MAT-ZIN, 2013; OBAYELU et al., 2013).

Conforme os dados do Censo Agropecuário 2006, que recebeu atualização no ano de 2012, a agricultura familiar conta com 13.048.252 famílias no Brasil, sendo distribuídas em 11,16% no Norte, 51,48% no Nordeste, 14,34% no Sudeste, 18,50% no Sul e 4,53% no Centro-Oeste do país (IBGE, 2006). Somente no estado de Mato Grosso do Sul mais de 12.256 títulos de terra foram entregues para agricultores familiares nos períodos de 2021 a 2023 e o estado recebeu o fomento de R\$ 39,9 milhões em créditos da reforma agrária em diversos assentamentos entre os anos de 2019 a 2022 (BRASIL, 2024). O assentamento Itamarati, localizado próximo ao município de Ponta Porã – MS, possui mais de 2.800 famílias sendo considerado o maior assentamento do estado (BRASIL, 2024).

Assim, dado a relevância da agricultura familiar no município de Ponta Porã – MS, essa pesquisa tem como objetivo descrever a situação econômica, financeira, estrutural e gerencial dos assentados rurais situados em Ponta Porã – MS. Espera-se que os resultados possam nortear os recursos empregados e a determinação de políticas públicas para o público analisado. Após essa breve introdução, a metodologia do estudo é apresentada e na sequência os resultados, discussões e conclusão do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar

A legislação brasileira por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

[...] quem pratica atividades no meio rural e concomitantemente: não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Conforme Silva et al., (2014), o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão. De acordo com o Art. 4º da Lei nº 8.629/93, “Minifúndio” é imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal; “Pequena propriedade”, um imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; “Média propriedade”, um imóvel rural de área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais; e “Grande Propriedade”, imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais (BRASIL, 1993).

A perspectiva sobre a agricultura familiar ser considerada um segmento produtivo que demanda um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de suas atividades é contemporâneo para o país (SILVA, 2011). De acordo com Abramovay (2000), o desenvolvimento em uma perspectiva de valorização a respeito da agricultura familiar no Brasil aconteceu em 3 dimensões: a primeira sendo a dimensão intelectual, derivado ao surgimento de pesquisas que permitiram estratificar e analisar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país; a segunda dimensão é de políticas públicas e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990; e por fim, a última corresponde a um conjunto de forças organizadas pautadas na afirmação da viabilidade econômica da produção familiar e na consolidação como segmento importante dentro do agronegócio brasileiro (ABRAMOVAY, 2000; QUEIROZ, 2022).

Em uma visão complementar, Grisa e Schneider (2014) discutem que a história da agricultura familiar no Brasil possui relação direta com as políticas públicas criadas para sua finalidade. Conforme os autores, o Brasil é marcado por três gerações de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A primeira geração é pautada pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social, a segunda é focada em políticas sociais e assistenciais, e a última é marcada pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

No Brasil, o governo emprega políticas públicas de auxílio ao pequeno produtor (SILVA, 1991). Especificamente relacionadas à agricultura familiar, são destacados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa Aquisição de Alimentos (PAA); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), consolidados em conjunto com o Plano Safra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2023). Segundo Queiroz (2022), no Plano Safra 2021/2022, que atende, entre outros, ao pequeno e médio produtor, o governo reservou R\$ 251,2 bilhões,

liberando mais verbas para fomento de crédito aos pequenos produtores. O PRONAF recebeu um aumento de 19% de investimento em comparação com o ano anterior (QUEIROZ, 2022).

2.2 Agricultura Familiar em Ponta Porã - MS

Especificamente na região de Ponta Porã, é relevante o número de pequenos produtores rurais e embora a distribuição das terras em Mato Grosso do Sul, esteja concentrada em grandes estabelecimentos, tem se observado no estado um crescente número de pequenos empreendimentos, representando aproximadamente 65% do total de estabelecimentos rurais (QUEIROZ, 2022).

Apesar do Centro-Oeste não ser considerado a região brasileira com a maior concentração de agricultura familiar, especificamente no Mato Grosso do Sul, devido à presença de grandes latifundiários (BELARMINO; SILVEIRA, 2020), a agricultura familiar ainda conta com regiões com altas concentrações de estabelecimentos de agricultura familiar, como é o caso da região Sul da fronteira do Estado do MS. No município de Ponta Porã – MS, o percentual de estabelecimento pertencentes à agricultura familiar é de 83,50%, o maior percentual na região Sul da fronteira de Mato Grosso do Sul (BELARMINO; SILVEIRA, 2020).

O município de Ponta Porã no estado de Mato Grosso do Sul conta com uma população de 77.872 pessoas segundo o último levantamento do censo efetuado no ano de 2010 (IBGE, 2010) e o município conta com diversos assentamentos, cuja a predominância das atividades de agricultura familiar representa um dos fatores que compõem a economia do município. De acordo com os últimos dados do caderno territorial da fronteira - MS, estima-se que o município possua cerca de 3.088 estabelecimentos da agricultura familiar, com 3.016 famílias assentadas em uma área de 80.887 hectares, com 7.487 pessoas ocupadas com atividades ligadas à agricultura familiar (MDA, 2015).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa descritiva, de cunho quantitativo, trata-se de uma coleta de dados com geração de dados estatísticos por meio de uma pesquisa de campo realizada na cidade de Ponta Porã – MS. O método desta pesquisa consiste em uma *survey* com aplicação de questionários efetuada por alunos do IFMS campus de Ponta Porã em parceria com a Prefeitura de Ponta Porã - MS. Os alunos foram selecionados pelos pesquisadores e passaram por uma qualificação prévia para a coleta de dados. Um questionário contendo 14 questões dispostas em 3 blocos distintos foi elaborado pelos pesquisadores responsáveis pelo projeto e fornecido aos alunos. O primeiro bloco foi composto de 10 questões fechadas com única escolha, o segundo bloco contém 1 questão de múltipla escolha com a possibilidade de assinalar várias opções e o terceiro e último bloco possui 3 questões abertas. O questionário foi elaborado com base na metodologia de criação dos indicadores socioeconômicos do IBGE (IBGE, 2017) considerando adaptações para o ambiente dos agricultores familiares. Os alunos no momento da aplicação, efetuaram a leitura dos questionamentos, assim como a explicação e dissipação de dúvidas sobre cada questão para o agricultor familiar respondente. As respostas obtidas eram imediatamente assinaladas no questionário e a questão posterior era abordada, até a finalização do questionário. A pesquisa ocorreu em diversas localidades, como a *feira do agricultor de Ponta Porã* e 7 assentamentos próximos ao município, sendo eles: Aba da Serra (subdividido em Aba da Serra 1 e Aba da Serra 2); Corona; Itamarati 1; Boa Vista; Dorcelina; e Nova Era. A coleta ocorreu entre maio de 2021 até setembro de 2021.

Tabela 01 - Distribuição da amostra pelos assentamentos.

Assentamento	Quantidade (n)
Geral	178
Aba de Serra 1	20
Aba de Serra 2	33
Corona	25
Itamarati 1	13
Boa Vista	50
Dorcelina	10
Nova Era	22
Feira do agricultor	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa pesquisa possui um número total de amostragem de 178 famílias analisadas (n = 178), as famílias foram selecionadas por conveniência e foi utilizado a técnica bola de neve, que conforme Baldin e Munhoz (2011) é uma técnica para pesquisas sociais que forma amostras não probabilísticas onde participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes até que seja alcançado o objetivo proposto. A distribuição da amostra pelos assentamentos é apresentada na Tabela 01. Na sequência do trabalho são apresentados os resultados da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

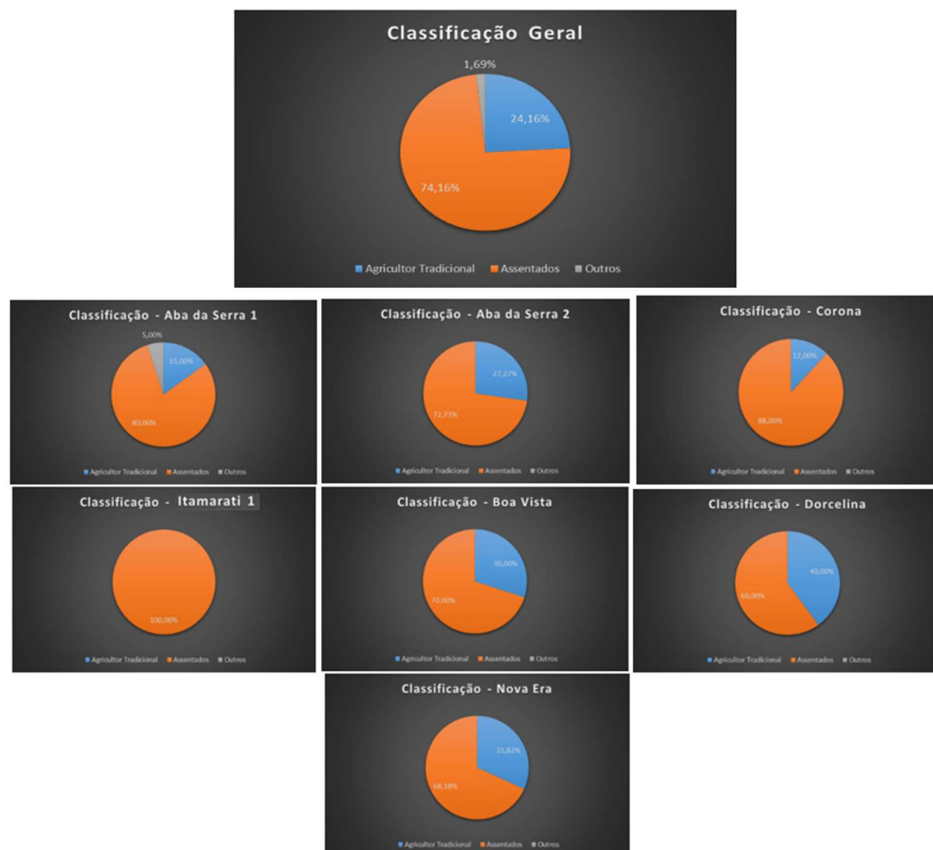
Após a coleta dos questionários, uma base de dados foi construída com a tabulação das respostas e análises de estatística descritiva apresentaram os seguintes resultados: sobre a classificação dos agricultores familiares: foi questionado às famílias como elas se consideravam dentre as seguintes opções de classificações de agricultores familiares: 1. Agricultor tradicional que adquiriu ou herdou a propriedade; 2. Assentado que ganhou a propriedade do Estado; 3. Agricultor utilizador de Crédito Fundiário para pagar a propriedade que vive; 4. Pescador; 5. Indígena; 6. Quilombola; 7. Ribeirinho; 8. Outros.

Nos resultados dos dados agregados, 74,16% dos respondentes se declaram como assentados; 24,16% se declaram como agricultores tradicionais e apenas 1,69% da amostra responderam nenhuma dessas opções. Os agricultores familiares podem pertencer a diferentes classificações, assentados são considerados as famílias que ganharam do Estado o direito de utilizarem e viverem na propriedade, já os agricultores tradicionais são as famílias que adquiriram a propriedade por meios próprios ou herdaram a propriedade dos pais.

A classificação dos agricultores familiares é um dado importante para a pesquisa, pois acredita-se que exista uma forte correlação com a finalidade do negócio, de forma que as demandas de fomento para a agricultura familiar devam ser diferentes dependendo da classificação do agricultor familiar. Um dado observado é que 95% do total dos agricultores familiares que se declararam como Agricultores Tradicionais possuem sua propriedade dentro de assentamentos. Uma possível explicação para essa constatação é de que as famílias adquiriram a propriedade de famílias que eram consideradas Assentados anteriormente. Outra possível explicação é de que essas famílias herdaram suas propriedades dos pais, Assentados, mas se classificam atualmente como Agricultores Tradicionais dado a finalidade e objetivo de seu negócio (foco em comercialização).

Ao analisar os dados por assentamento, destacam-se o Itamarati 1 com 100% de Assentados, e o assentamento Dorcelina com a maior proporção de Agricultores Tradicionais 40,00%. Tal evidência aponta que assentamentos diferentes podem demandar políticas públicas com finalidades diferentes, dado que a finalidade da atividade e a forma como o agricultor familiar se classifica é diferente dependendo da sua localidade e seu meio social. Os dados acima discutidos, são evidenciados na Figura 01.

Figura 01 - Classificação dos Agricultores Familiares – geral e por assentamento.



Fonte: Elaborado pelos autores.

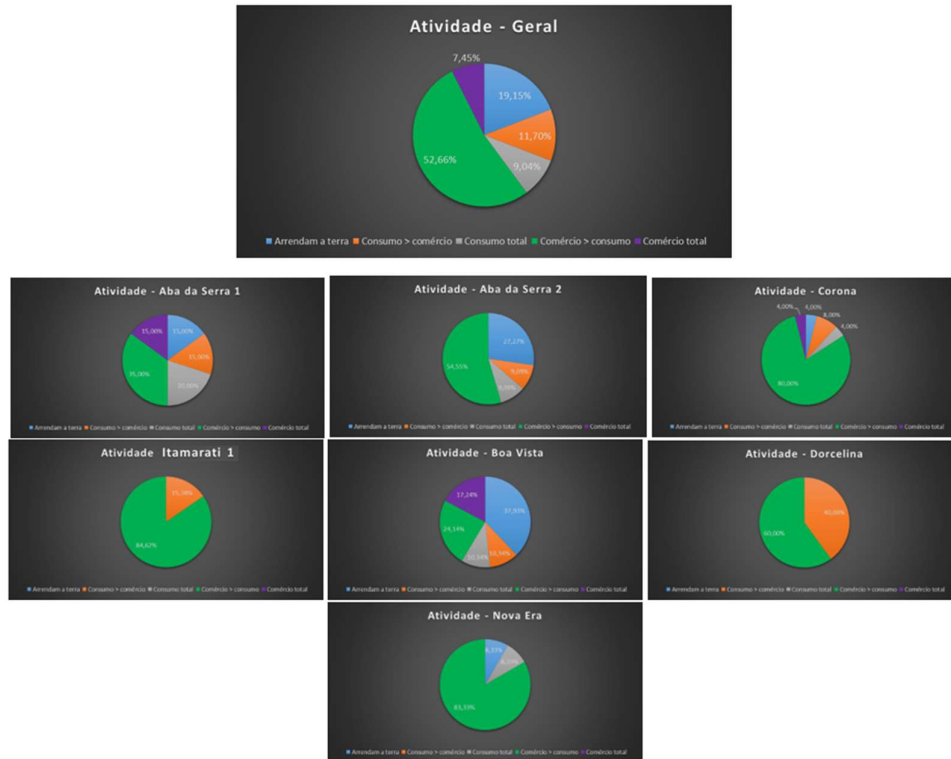
Sobre a finalidade das atividades dos agricultores familiares: ao verificar as atividades responsáveis pela renda e subsistência das famílias, verifica-se que 52,66% das famílias consomem uma pequena parte de sua produção e destinam a maior parte para a comercialização; 11,70% possuem o comportamento inverso, consumindo a maior parte de sua produção e vendendo o pouco excedente; 19,15% dos respondentes arrendam parte ou a totalidade da propriedade; 9,04% consomem toda a produção não comercializando nada; e apenas 7,45% comercializam o total da produção.

Novamente, é possível observar um comportamento diferente nos diversos assentamentos, enquanto Itamarati 1, Dorcelina, Corona e Nova Era possuem atividades predominantemente voltadas à comercialização e ou subsistência, os assentamentos Aba da Serra 1 e 2 e Boa Vista apresentam um percentual elevado referente ao arrendamento de suas propriedades como atividade principal. Considerando apenas as famílias que arrendam (19,15% dos dados gerais), existe ainda uma subdivisão destes em: famílias que arrendam parte da propriedade 27,78% e famílias que arrendam toda a propriedade 72,22%. Os dados estão demonstrados na Figura 02.

Esses resultados divergem dos resultados obtidos na pesquisa de Carvalho e Gomes (2024), que investigaram dois assentamentos no estado do Piauí no Nordeste brasileiro, conforme os autores os assentamentos do Piauí evidenciaram uma padronização de resultados na qual a produção não era suficiente para sanar a alimentação das famílias (CARVALHO; GOMES, 2024). Dessa maneira, é sugerido que as atividades da agricultura familiar não sejam tratadas de maneira padronizada pelo poder público, mas que a localidade seja considerada para a discussão de políticas públicas. É possível que as causas para tais diferenças entre os estudos

sejam a situação social das famílias, a produtividade do solo e as condições climáticas das diferentes regiões.

Figura 02 - Finalidade das atividades – geral e por assentamento.

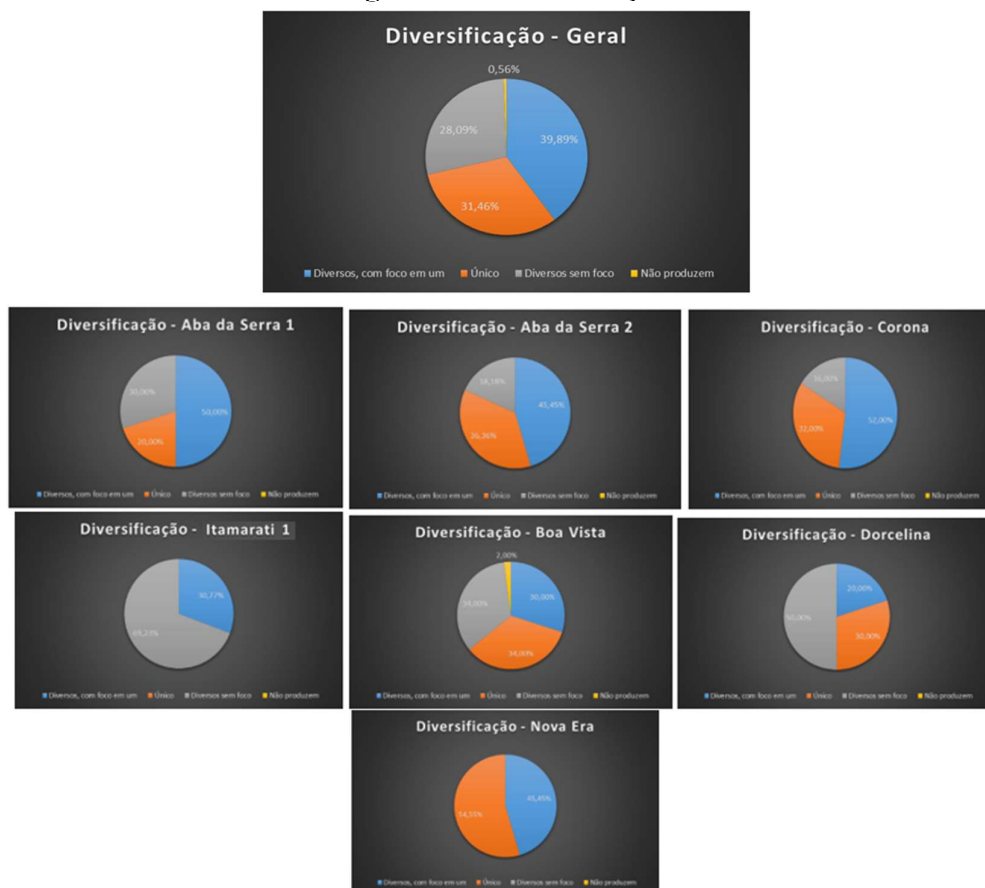


Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a diversificação da produção: buscando compreender as estratégias de diversificação nos dados agregados, observa-se que 39,89% dos agricultores familiares que efetuam comercialização, produzem muitos produtos diferentes, entretanto, possuem um produto específico que é o foco da comercialização; 28,09% produzem diversos elementos de forma que nenhum produto específico receba maior foco na comercialização; 21,62% dos respondentes afirmam que produzem e comercializam apenas um único elemento específico; e por fim, 0,56% não produzem nada ou não souberam responder.

Destacam-se, na análise por assentamentos, Nova Era como um assentamento cuja produção tende a ser mais focada. Já os assentamentos Itamarati 1 e Dorcelina possuem estratégias de diversificação dos produtos. Tal evidencia aponta que assentamentos diferentes demandam fomentos de ensino e de assistência técnica com objetivos diferentes a depender da estratégia de produção. As informações são apresentadas na Figura 03.

Figura 03 - Diversificação.



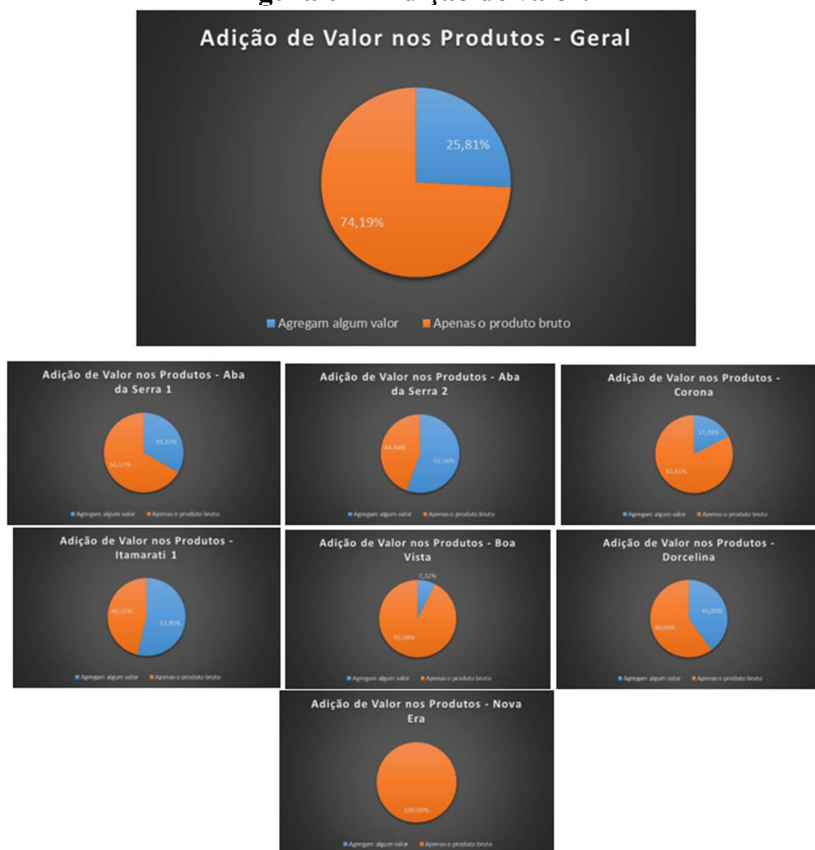
Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a adição de valor dos produtos: considerando somente os agricultores familiares que comercializam de alguma forma os seus produtos, foi questionado sobre a adição de valor e transformação da produção, 74,19% das famílias declararam que somente comercializam o produto na forma bruta (após colher, abater, tirar leite, etc.); e 25,81% afirmaram que adicionam valor e efetuam alguma transformação dos produtos, como em queijos, requeijão, doces, etc.

Ao verificar os assentamentos individualmente, Aba da Serra 2 e Itamarati 1 são aqueles que mais agregam valor aos produtos antes da comercialização, entretanto, Nova Era e Boa Vista vendem predominantemente seus produtos na forma bruta. É possível analisar em futuras pesquisas, se esse fenômeno (vender na forma bruta) ocorre devido a estratégias eficazes para essa forma de comercialização ou se é necessário estimular a capacitação em atividades que visem a adição de valor nos produtos comercializados, o que pode ser uma oportunidade para a ampliação de renda das famílias. Na Figura 04 estão evidenciados os dados discutidos acima.

No trabalho de Licório, Trindade e Pereira (2024) que investigou a agricultura familiar em Rondônia no Norte do Brasil, os autores verificaram que programas que fomentaram a agro industrialização causaram impacto positivo ampliando o preço do produto vendido e aumentando a participação dos pequenos produtores mercado. Sugere-se, que o poder público analise e efetue adaptações nos programas utilizados em Rondônia para aplicação no Mato Grosso do Sul.

Figura 04 - Adição de valor.

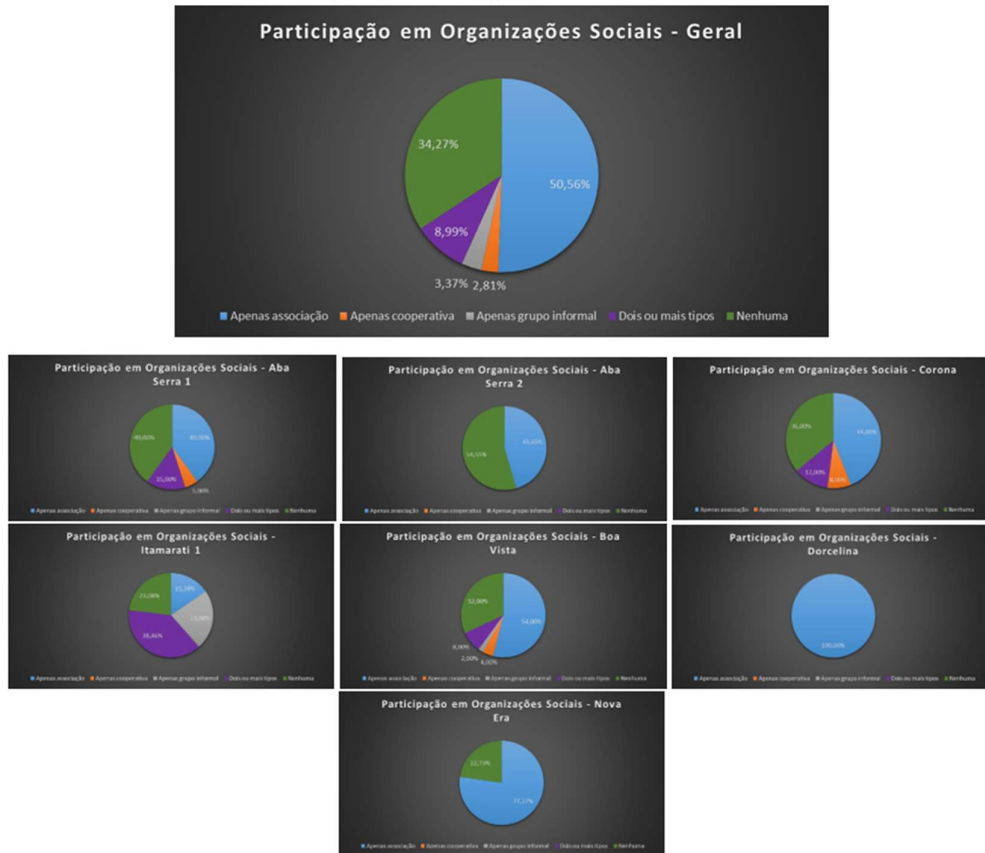


Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a participação em organizações sociais: foi questionado às famílias se elas participam de organizações sociais como cooperativas, associações e outras formas, considerando os dados gerais 50,56% dos respondentes participam apenas em alguma associação; 2,81% participam apenas de alguma cooperativa; 3,37% se organizam apenas em grupos informais, compostos com outros agricultores familiares com objetivos em comum; 8,99% participam tanto de associações, cooperativas e, ou, grupos informais simultaneamente; e 34,27% não participam de nenhuma organização social. Esses resultados divergem dos obtidos na pesquisa de Carvalho e Gomes (2024), na qual os assentamentos do Piauí evidenciaram baixa sociabilidade entre os agricultores assentados (CARVALHO; GOMES, 2024). Dessa maneira, é possível verificar que em localidades distintas dos assentamentos ocorrem diferentes formas de relação social entre agricultores familiares. Assim, é sugerido que tanto as propostas de políticas públicas, quanto a forma de comunicação de programas sociais, considerem a realidades de localidades distintas.

Considerando que no estado de Mato Grosso do Sul grande parte dos agricultores familiares participam de alguma organização social, sugere-se que para a comunicação do poder público ser mais eficaz, o Estado busque organizações sociais consideradas estratégicas, com o objetivo de difundir informações aos agricultores familiares. A Figura 05 contém a análise dos dados.

Figura 05 - Organizações Sociais.

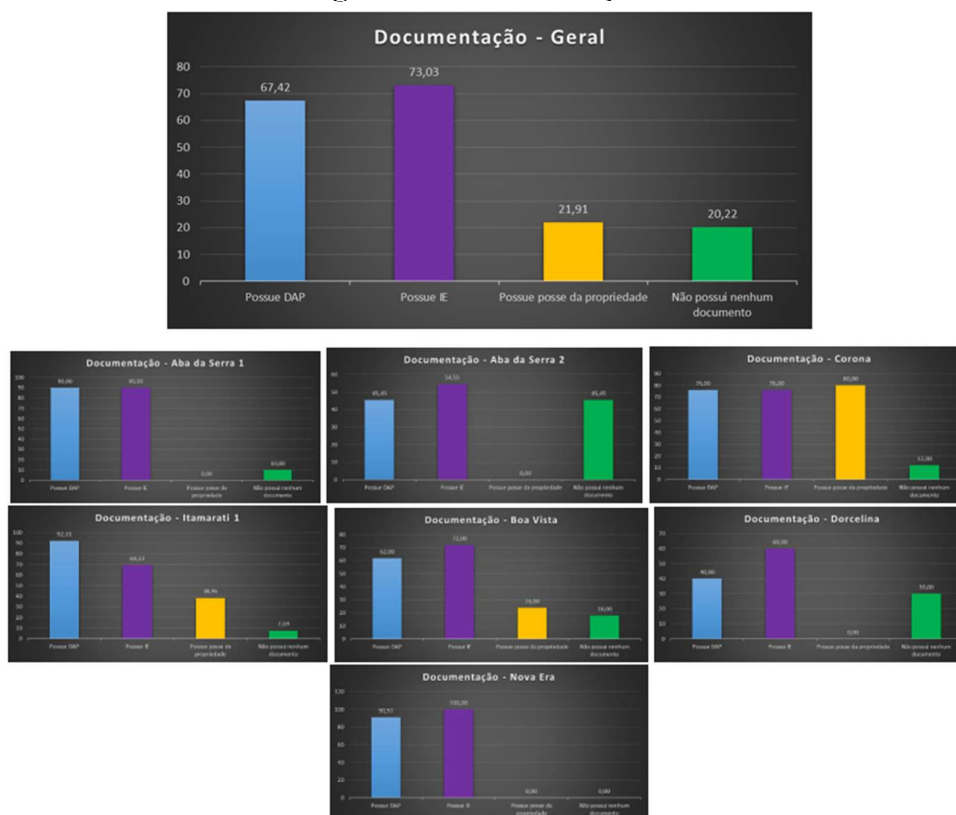


Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a documentação: a respeito da documentação, cadastro e burocratização que os agricultores familiares se submetem, 73,03% das famílias declararam possuir Inscrição Estadual (IE) a IE é necessária para efetuar comercialização e participar de certos programas sociais, o que justifica a adesão dessa forma de burocratização; 67,42% possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o DAP é o documento emitido pela AGRAER necessário para participar do Programa Federal de Fortalecimento da Agricultura Familiar; entretanto, apenas 21,91% dos agricultores familiares possuem documento de posse da propriedade em que vivem; e 20,22% dos agricultores familiares não possuem nenhum dos documentos descritos acima.

A falta de documento de posse da propriedade pode impactar na obtenção de crédito, sendo que as instituições financeiras geralmente solicitam essa documentação para análise de crédito aos agricultores familiares. Sugere-se uma ação que facilite a regularização de documentação de posse de propriedade para a agricultura familiar.

Figura 06 - Documentação.

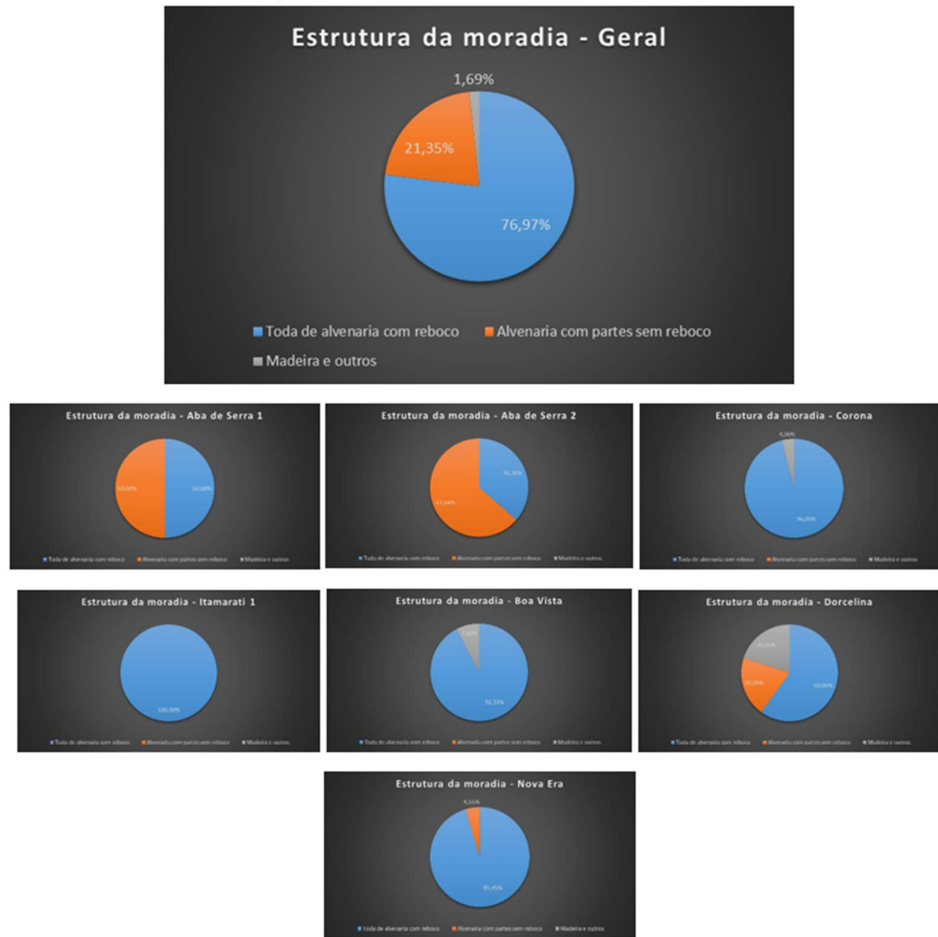


Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a infraestrutura: a respeito da estrutura da casa, 76,97% das famílias vivem em casa de alvenaria totalmente com reboco; 21,35% das famílias declararam que moram em casa de alvenaria parcialmente sem reboco; e 1,69% responderam que vivem em estrutura de madeira ou outras formas, as análises são evidenciadas na Figura 07, dessa forma, é possível constatar que 98,32% dos assentados possuem como moradia uma casa de alvenaria. Um dado importante é a destinação do lixo, 98,88% das famílias informaram que queimam, descartam na natureza ou enterram o lixo em sua propriedade, sendo que apenas 1,69% utilizam algum serviço de coleta do lixo, conforme demonstrada na Figura 08. Esses resultados corroboram com o trabalho de Carvalho e Gomes (2024), no Piauí os assentamentos investigados também queimam ou descartam o lixo na natureza e não possuem coleta pública.

Outro dado relevante é que 98,65% possuem e utilizam alguma forma de vala ou fossa como banheiro em sua propriedade. Sobre o fornecimento de água, 78,65% das propriedades possuem água canalizada em suas casas; 3,93% possuem além de água em canalizada em casa, uma estrutura para utilizar água em sua produção; e por fim 17,42% informaram que não possuem água de forma canalizada, dados apresentados na Figura 09. Os dados sugerem investimentos na coleta e destinação de lixo dos assentamentos, além políticas públicas que melhore a infraestrutura ligada a saneamento básico dos assentamentos.

Figura 07 - Estrutura da moradia.



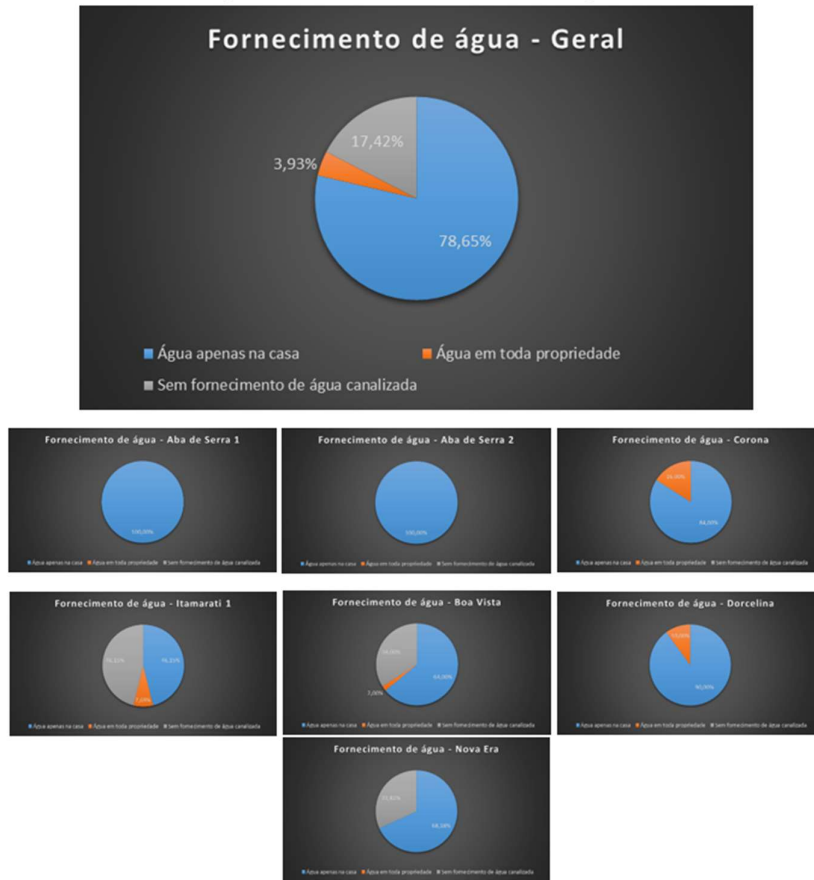
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 08 - Destinação do lixo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

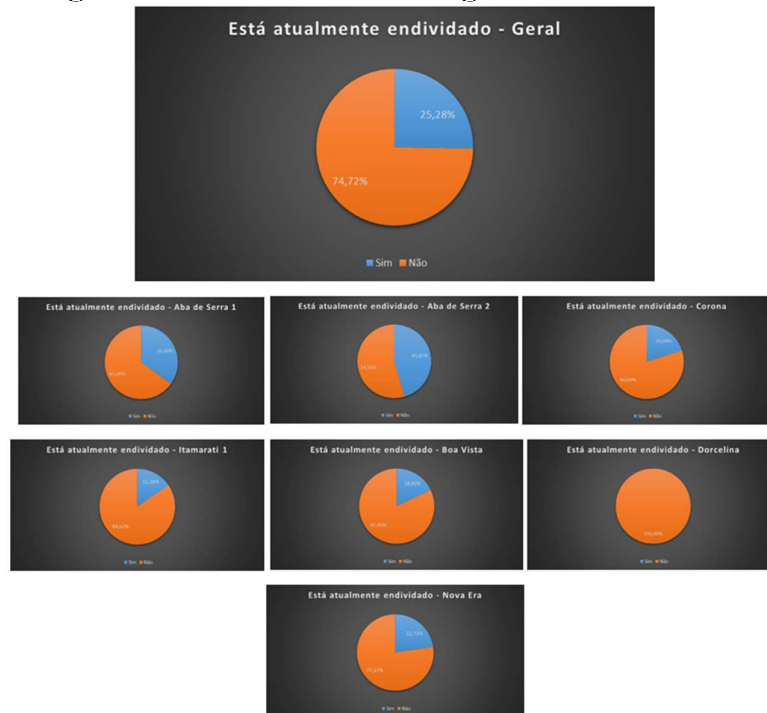
Figura 09 - Fornecimento de água.



Fonte: Elaborado pelos autores.

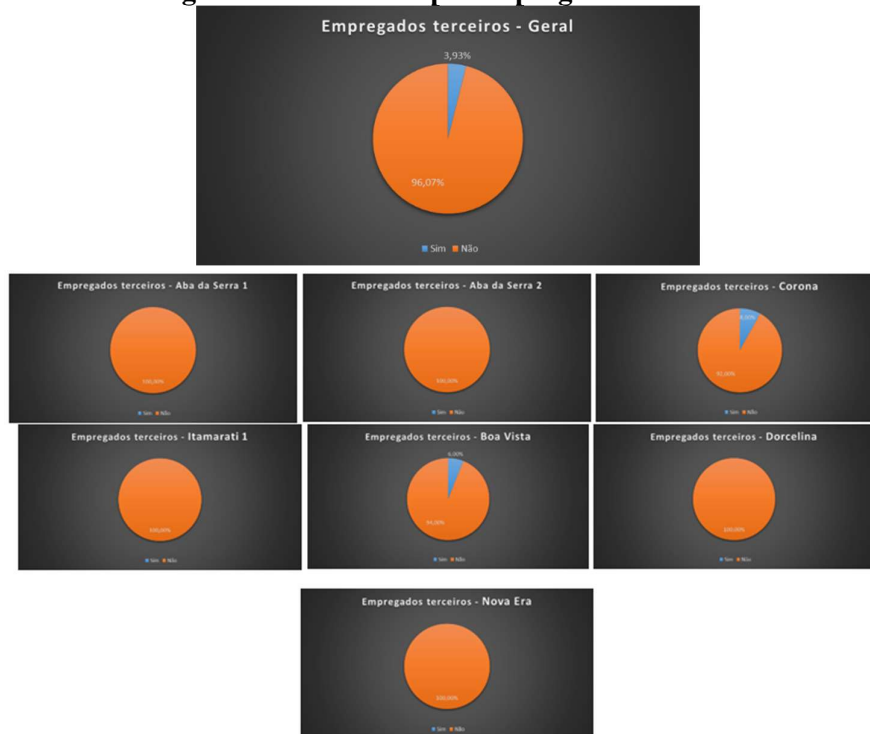
Sobre a situação socioeconômica: sobre o endividamento do agricultor familiar, 74,72% das famílias declaram não estar atualmente endividadas; enquanto 25,28% das famílias declaram estar endividadas (Figura 10). Sobre a utilização da mão de obra terceirizada, de alguém fora da família, 96,07% das famílias não possuem em sua propriedade nenhum empregado ou ajudante que não faça parte da família; enquanto 3,93% declaram que possuem um empregado informal terceirizado (Figura 11). Por fim, sobre a necessidade de complementação de renda fora da agricultura familiar, 37,64% das famílias possuem algum membro que trabalha de maneira formal ou informal em outra atividade não ligada à agricultura familiar; enquanto 62,36% das famílias possuem todos os seus membros familiares, em situação laboral ativa, dentro da agricultura familiar (Figura 12).

Figura 10 - Endividamento dos agricultores familiares.



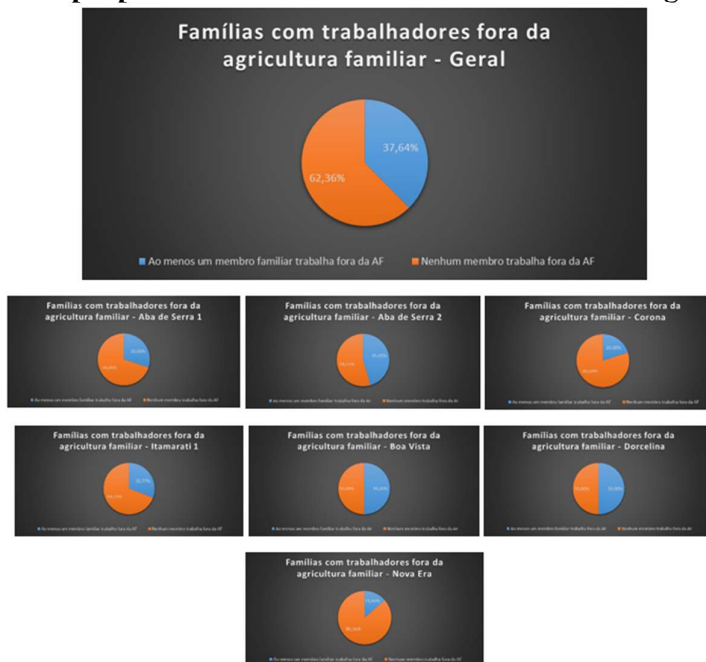
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 11 - Famílias que empregam terceiros.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 12 - Famílias que possuem membros com trabalho fora da Agricultura Familiar.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda sobre a situação econômica dos agricultores familiares, a última Renda Bruta Anual foi questionada aos respondentes. A análise descritiva dos dados agregados apresentou uma média de R\$ 56.967,00, com mediana de R\$ 25.000,00, primeiro quartil em R\$ 18.750,00, terceiro quartil de R\$ 50.000,00, valor mínimo em R\$ 2.000,00, valor máximo de 600.000,00¹ e desvio padrão em R\$ 87.286,00. A média é composta pela soma de todos os valores, dividida pela quantidade de dados obtidos, a mediana é o valor que se encontra no meio do banco de dados, após os dados serem ordenados do mínimo valor até o máximo valor (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007). O 1º Quartil e 3º Quartil são divisões estatísticas que dividem o banco de dados, o 1º Quartil separa os valores entre os 25% mais baixos e os 75% valores mais altos, já o 3º Quartil demonstra em qual ponto estão os valores entre 75% mais baixos e 25% mais altos da base de dados estudada, e por fim, o desvio padrão é uma medida de dispersão que demonstra a variação dos valores em torno da média obtida, quanto menor for o desvio padrão, mais próximos os valores do conjunto de dados estarão da média (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007). Os dados brutos anuais e os dados por assentamento, foram alocados na Tabela 02 que é demonstrada abaixo.

Tabela 02: Renda Bruta Anual dos assentamentos

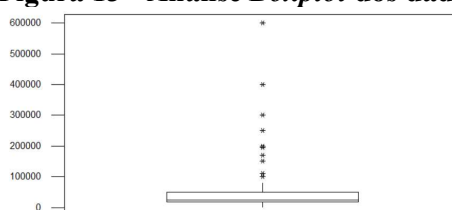
Assentamento	Média da Renda Bruta	Mínima	Mediana	1º Quartil	3º Quartil	Máxima	Desvio Padrão
Geral	R\$ 56.967,00	R\$ 2.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 18.750,00	R\$ 50.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 87.286,00
Aba de Serra 1	R\$ 36.071,00	R\$ 15.000,00	R\$ 26.500,00	R\$ 20.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 20.834,00
Aba de Serra 2	R\$ 29.500,00	R\$ 20.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 22.500,00	R\$ 35.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 6.157,00
Corona*	R\$ 74.303,00	R\$ 3.750,00	R\$ 20.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 138.191,00
Itamarati 1	R\$ 23.015,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 15.632,00
Boa Vista	R\$ 71.370,00	R\$ 2.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 17.677,00
Dorcelina	R\$ 24.286,00	R\$ 20.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 1.700,00
Nova Era	R\$ 86.413,00	R\$ 7.200,00	R\$ 30.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 25.777,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

¹ * conforme a análise de *Boxplot*, discutida posteriormente, estatisticamente o valor está muito distante da realidade dos dados, podendo ser um *outlier* ou o questionado ter se equivocado ao informar o valor.

Para continuar com a análise do banco de dados foi efetuado um gráfico denominado *BoxPlot*, apresentado na Figura 13, por ele é possível analisar visualmente o banco de dados, verificando onde se encontram o 1º Quartil, a Mediana e o 3º Quartil na base analisada. É possível, também verificar os elementos que estatisticamente se distanciam muito do conjunto de dados, tais elementos são demonstrados pelo símbolo “*”. Esses dados (“*”) são denominados *outliers*, nessa questão efetuada aos respondentes sobre Renda Bruta Anual é possível verificar a ocorrência estatística de 9 *outliers* que responderam valores muito acima do conjunto de dados dos outros respondentes. É possível que esses 9 respondentes possuam uma realidade específica e bem diferente dos demais agricultores familiares, ou que responderam erroneamente à questão.

Figura 13 - Análise *Boxplot* dos dados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, foram eliminadas as 9 respostas consideradas *outliers* pela análise do *Boxplot*, e a nova média de renda bruta anual obtida é R\$ 34.070,00 (a média sem eliminar as 9 famílias era de R\$ 56.967,00), o valor obtido equivale mensalmente a menos de três salários mínimos por família (R\$ 2.839,16), os dados ainda demonstram que a família dos agricultores familiares é composta por 3 membros em média. Desta forma, é possível estimar que o valor *per capita* da renda mensal dos agricultores familiares é de R\$ 946,39.

Sobre a percepção dos fomentos recebidos: sobre os fomentos que os agricultores familiares recebem, foi questionado às famílias, sobre quais eram as classificações de fomentos que eles contemplavam, 13 tipos diferentes foram apresentados: 1. Terra e propriedade; 2. Fomentos para construção da casa e moradia; 3. Auxílio alimentação; 4. Cursos, profissionalização e educação; 5. Auxílio técnico para gestão ou produção; 6. Recebimento de insumos para produção; 7. Máquinas e equipamentos; 8. Auxílio para comercialização; 9. Compra de produtos pelo Estado; 10. Documentação e regularização; 11. Crédito financeiro; 12. Crédito privado de lojas para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos; e 13. Auxílios diversos recebidos por meio de associações e cooperativas. Foi solicitado que respondente se posicionasse em uma escala entre “muito baixo” e “muito alta” para o grau de recebimento de cada tipo de fomento. Na tabela 03 é possível verificar os percentuais das notas para cada um dos 13 tipos de fomentos, considerando os dados agregados. Na tabela 03 estão os dados gerais brutos sobre a percepção de fomentos recebidos.

Observa-se, que as maiores percepções de fomentos recebidos são relacionadas à “Terra”, “Crédito Financeiro” e “Construção da Casa”. A maior parte dos agricultores familiares reconhecem essas categorias de fomento. Entretanto, as outras classificações de fomento são pouco percebidas pelos agricultores familiares. Três hipóteses surgem: (1) os tipos de fomento pouco percebidas pelos agricultores familiares são mesmo insuficientes e necessitam de mais investimentos; ou (2) os fomentos existentes estão disponibilizados, mas são pouco acessados pelos agricultores familiares, existindo um *gap* na comunicação desses fomentos; ou ainda (3) os fomentos existem e são aplicados de forma eficiente, entretanto os agricultores familiares não percebem a sua existência. Sugere-se, uma investigação sobre a

possível causa, e adequação da: (1) oferta / (2) acessibilidade / (3) comunicação dos fomentos utilizados pelos agricultores familiares. A seguir as conclusões da pesquisa.

Tabela 03 - Percentual da percepção de fomentos recebidos

Tipos de fomento / grau de recebimento	muito baixa	baixa	indiferente	alta	muito alta
Fomentos relacionados a Terra e propriedade	22,47%	0,00%	0,56%	0,56%	76,40%
Fomentos relacionados a construção da casa	26,97%	1,12%	1,69%	16,29%	53,93%
Fomentos destinado a auxílio alimentação	89,89%	0,56%	0,00%	1,69%	7,87%
Fomentos relacionados a cursos e educação	71,91%	1,69%	1,12%	7,87%	17,42%
Fomentos técnicos relacionados a produção	78,09%	1,69%	1,12%	3,93%	15,17%
Fomentos relacionados ao recebimento de insumos	98,31%	0,00%	0,00%	1,12%	0,56%
Fomentos relacionados ao uso de máquinas e equipamentos	91,01%	0,00%	1,69%	2,81%	4,49%
Fomentos voltados para auxílio de comercialização	93,82%	0,00%	0,00%	1,12%	5,06%
Fomentos voltados para a venda para o Estado	94,94%	0,56%	0,00%	2,81%	1,69%
Fomentos voltados a documentação e regularização	92,13%	0,00%	0,00%	2,25%	5,62%
Fomentos relacionados a crédito financeiro	35,96%	0,00%	0,56%	2,25%	61,24%
Crédito privado de lojas de insumos, máquinas e equipamentos	79,78%	0,00%	0,00%	0,56%	19,66%
Auxílio recebido por meio de associações e cooperativas	66,29%	2,81%	0,56%	10,67%	19,66%

Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou descrever a situação socioeconômica atual dos agricultores familiares e verificar as demandas desse público frente a políticas públicas. Foi constatado que os agricultores familiares se classificam de formas diferentes considerando seus objetivos, essa classificação muda dependendo da localidade e da forma de socialização que eles possuem, dessa maneira, agricultores familiares em localidades diferentes podem demandar políticas públicas com finalidades diversas. Sugere-se a aplicação de políticas públicas de subsistência para agricultores familiares que se consideram Assentados, e políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e comercialização para agricultores familiares que se consideram como Agricultores Tradicionais.

Essa constatação é reforçada ao observar que cada assentamento possui um comportamento em relação a suas atividades, enquanto algumas famílias consomem o total de sua produção para subsistência, e algumas arrendam sua propriedade visando obter renda, outras buscam gerenciar seu micro empreendimento com o objetivo de ampliar a comercialização de seus produtos. Entretanto, grande parte daqueles que produzem para subsistência, ainda assim comercializam o excedente de sua produção. Investimentos em fomentos voltados para a comercialização e a ampliação da acessibilidade aos programas já existentes de compra de produtos pelo Estado advindos da agricultura familiar impulsionaria a obtenção de renda das famílias.

Sobre os produtos da agricultura familiar, é possível compreender que grande parte comercializa seus produtos na forma bruta, enquanto uma pequena parcela agrega valor aos produtos. Dessa forma, é sugerido verificar se a comercialização na forma bruta ocorre devido a estratégias eficazes de comercialização, ou se é necessário estimular a capacitação desse público para atividades que visem a adição de valor nos produtos comercializados, visando capturar oportunidades de comercialização com maior margem de lucratividade. Ainda sobre os produtos, também é possível constatar que as famílias se comportam de maneiras diferentes nos diversos assentamentos em relação a diversificação de produção. De forma geral, os agricultores familiares podem possuir uma grande variedade de culturas e criações, entretanto, alguns possuem um produto específico que recebe maior foco na produção/comercialização, enquanto outros agricultores familiares não dão foco a nenhum produto específico. Assim, assentamentos diferentes demandam fomentos de ensino, profissionalização e de assistência técnica com objetivos distintos dependendo do comportamento predominante dos produtores daquela localidade.

A pesquisa também constatou que grande parte dos agricultores familiares possuem alguma ligação com organizações sociais. Essa constatação é um elemento importante para o estabelecimento de comunicação com agricultores familiares. A comunicação do poder público pode buscar organizações sociais estratégicas para difundir informações aos agricultores familiares. A infraestrutura da moradia também foi verificada, o ponto positivo está na estrutura da maioria das casas em alvenaria (98,31%) e também na água encanada que a maior parte das residências recebem (82,58%). O ponto negativo está no tratamento de lixo e na falta de saneamento básico das residências. Investimentos em saneamento básico e em coleta de lixo são demandas necessárias nos assentamentos.

Outra demanda dos agricultores familiares está ligada à regularização da documentação de posse de propriedade. Muitas famílias não possuem a documentação da propriedade em que vivem, fato que pode dificultar a obtenção de crédito perante as instituições financeiras. Sugere-se uma ação que facilite a regularização de documentação de posse de propriedade para a agricultura familiar. Referente a situação socioeconômica, a pesquisa observou que a maior parte das famílias não se encontram atualmente endividadas. A estimativa de renda per capita mensal dos agricultores familiares é de R\$ 946,39 e a maior parte das famílias não possuem emprego fora da agricultura familiar.

Por fim, é observado uma percepção predominantemente negativa dos fomentos recebidos, por parte dos agricultores familiares. As famílias consideram apenas os fomentos relacionados à propriedade, casa e crédito financeiro, mas não percebem outras formas de fomento como comercialização, auxílios técnicos e de educação. Indica-se uma ampliação de investimentos nessas áreas em conjunto com a divulgação e ampliação de acessibilidade a esses auxílios.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- ARGILÉS, J. M.; SLOF, E. J. New opportunities for farm accounting. **European Accounting Review**, v. 10, n. 2, p. 361-383, 2001.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011.
- BELARMINO, O. M.; DA SILVEIRA, G. S. A relevância do PNAE na agricultura familiar da região de planejamento Sul Fronteira–MS. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 07 nov. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regularização Fundiária de 2022**. Disponível em: << <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-entrega-mais-de-2-6-mil-titulos-de-terra-a-agricultores-do-assentamento-itamarati-em-mato-grosso-do-sul>>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

- BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Sagra**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/plano-safra>>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- CARVALHO, D. A. F.; GOMES, J. M. A. Caracterização multifuncional da agricultura familiar em assentamentos rurais de campo maior, Piauí. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 4, 2024.
- CHINNAPPA, B.; NAGARAJ, N. An economic analysis of public interventions for amelioration of irrigation-induced soil degradation. **Agricultural Economics Research Review**, v. 20, n. 347-2016-16645, p. 375-384, 2007.
- COOK, M. L.; CHADDAD, F. R. Agroindustrialization of the global agrifood economy: bridging development economics and agribusiness research. **Agricultural economics**, v. 23, n. 3, p. 207-218, 2000.
- FATAH, A. M.; MAT-ZIN, R. Understanding the current practices of cost accounting systems in the Libyan agricultural firm: evidence from Six Libyan agricultural firms. **International Journal of Scientific and Research Publications**, v. 3, n. 8, p. 472-477, 2013.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.
- IBGE, **Censo agropecuário 2006**: agricultura familiar (Primeiros Resultados). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750>>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- _____, **Censo agropecuário 2017**: agricultura familiar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- _____, IBGE Cidades. **Censo de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório sobre as informações gerais dos assentamentos**. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (SR-16), 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 06 dez. 2022.
- LICÓRIO, A. M. O.; TRINDADE, A. G.; PEREIRA, R. S. Da tradição à inovação: como as tecnologias sustentáveis estão transformando a agricultura familiar no portal da Amazônia. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 22, n. 1, p. 3993-4009, 2024.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de desenvolvimento Territorial. **Caderno Territorial da Fronteira - MS**, 2015.
- NDEMEWAH, S. R.; MENGES, K.; HIEBL, M. RW. Management accounting research on farms: what is known and what needs knowing? **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 15, n. 1, p. 58-86, 2019.
- OBAYELU, A. E.; AFOLAMI, C. A.; AGBONLAHOR, M. U. Relative profitability of cassava-based mixed cropping systems among various production scale operators in Ogun and Oyo states southwest Nigeria. **African development review**, v. 25, n. 4, p. 513-525, 2013.
- QUEIROZ, A. F. **Práticas de controle gerencial e fomento voltados à agricultura familiar**: um framework teórico. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022, 226 p.

-
- QUEIROZ, A. F. et al. Entendendo a importância do controle gerencial para a performance econômica na agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 25, p.1-15, 2023.
- REARDON, T.; BARRETT, C. B. Agroindustrialization, globalization, and international development: an overview of issues, patterns, and determinants. **Agricultural economics**, v. 23, n. 3, p. 195-205, 2000.
- SILVA, O. H. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 161-167, 1999.
- SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 2011.
- SILVA, G. G.; CHEUNG, T. L.; VILPOUX, O. F.; SANCHES, F. T. Capital Social e Cooperação na Agricultura Familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.
- SOUZA, A. B. Notas sobre agricultura familiar e sustentabilidade. **Geo UERJ**, n. 11, p. 33-45, 2002.
- ZHENGFELI, G.; LANSINK, A. The source of productivity growth in Dutch agriculture: A perspective from finance. **American journal of agricultural economics**, v. 88, n. 3, p. 644-656, 2006.